

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Janeiro, 2016

PECUÁRIA DE MATO GROSSO BUSCA MERCADOS MAIS EXIGENTES

O Estado de Mato Grosso cria o Instituto Mato-Grossense da Carne (Imac), será o primeiro órgão do Brasil a reunir todos os elos da cadeia para a promoção da pecuária de corte. A nova entidade, constituída por representantes da indústria frigorífica, dos pecuaristas e do governo estadual, será lançada em 2 de março, Cuiabá.

O Imac foi inspirado no Instituto Nacional da Carne (INC), do Uruguai, e no Meat and Livestock Australian (MLA), da Austrália, e terá como meta o desenvolvimento de programas que assegurem a qualidade e a procedência da carne bovina do Estado. Estabelece-se em três pilares: a) promoção da carne; b) desenvolvimento de pesquisa e tecnologia para a padronização das carcaças; c) controle de pesagem e rastreabilidade.

No primeiro ano de funcionamento, o Imac vai dispor de R\$ 5 milhões do caixa do Estado. A partir de janeiro de 2017, a exemplo do MLA, será adotado o sistema de contribuição compulsória, que prevê o recolhimento de R\$ 4 por bovino abatido. O criador deverá recolher R\$ 1 por cabeça todas as vezes que emitir a Guia de Trânsito Animal (GTA), para abate; o frigorífico para onde serão encaminhados os bovinos deverá colaborar com mais R\$ 2, e o Estado com R\$1. Em 12 meses deverão ser arrecadados R\$ 20 milhões, destinados aos programas e serviços que garantam ao pecuarista a criação de rebanhos dentro dos critérios definidos pelo Imac.

Segmentos importantes, frigoríficos e pecuaristas, terão que chegar a um consenso sobre todos os temas antes de serem apresentados ao Estado, que terá o poder de veto. A expectativa é de que, com a medida, inédita, o relacionamento entre as partes melhore e a transparência na cadeia produtiva aumente.

Outra iniciativa que vem contribuir para a melhoria da pecuária mato-grossense é da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Fermato), que em parceria com

Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea) lançaram o programa Fazenda Referência, no qual serão avaliados indicadores de produção, receita, custo, rentabilidade, sustentabilidade e eficiência, entre outros.

O Estado de Mato Grosso tem demonstrado sua liderança no agronegócio entre as unidades federativas que compõem a Amazônia Legal.

O FIM DA CREDIBILIDADE

Credibilidade é um atributo indispensável nas relações humanas. No Brasil atual ela desapareceu do cenário econômico e político governamental. Desde a estabilização da inflação em patamar baixo, a partir do Plano Real em 1994, nenhum governo esmerou-se tanto quanto o atual em destruir sua credibilidade frente à sociedade.

Com o país vivendo com taxas baixas de inflação, e na primeira década deste século, a economia se beneficiando com boom das exportações das commodities agrícolas e minerais puxadas pelo crescimento chinês, teria sido o momento das reformas estruturais (previdência, tributária, política etc). Todavia, o governo direcionou seu objetivo único de manutenção do seu partido no poder, e para tal, a política econômica focou o consumo doméstico, como forma de “encantar” o eleitor, e daí nasceu a partir de 2008 a Nova Matriz Econômica, como política econômica ideal para os propósitos políticos do partido que está no poder.

Essa política resultou na corrosão paulatina das contas públicas ao longo dos últimos anos. Os aumentos de gastos do governo promovidos ao longo do primeiro mandato de governo Dilma foram muito além de crescimento das receitas da União, levando a uma catastrófica situação deficitária nas contas públicas.

O reconhecimento deste desastre por parte do governo só ocorreu no final de 2014, após a reeleição de Dilma Rousseff, quando escolheu para ministro da fazenda, Joaquim Levy, focado no ajuste fiscal. No entanto, a ausência de força política do governo, conjugada a sua própria baixa disposição para promover o ajuste, levou ao rotundo fracasso desse projeto, coroado com a substituição do então ministro Levy.

Os custos desse processo não foram inócuos para o país: o Brasil perdeu a classificação de grau de investimento e voltou a ser classificado internacionalmente como especulativo. Com isso, perde a atratividade de investimentos estrangeiros, ao

mesmo tempo em que os custos de captação de empresas brasileiras no exterior aumentam.

Enfim, um governo que se esmera em destruir sua reputação no campo econômico com forte viés político termina por contaminar outras áreas da administração, é o caso da política monetária a cargo do Banco Central (BC), que também deu passos largos na destruição da sua já baixa credibilidade.

O BC, em um lance que se mostrou a pièce de résistance das barbeiragens na condução da política econômica até o momento, seu presidente anunciou, um dia antes da reunião para definir a taxa de juros da economia, que estava preocupado com as projeções de crescimento econômico do Brasil divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional. No dia seguinte, o Copom (Conselho de Política Monetária), ao contrário do que o mercado esperava até então, manteve a taxa de juros inalterada.

Com essa decisão o BC jogou no lixo os últimos resquícios da sua credibilidade em termos de administrar a política monetária focada em manter a inflação baixa. Não sem razão, nos dias subseqüentes á decisão, as projeções de inflação para 2016 subiram e a cotação do dólar voltou a subir.

A somatória desses elementos sugere que o país vive um momento econômico delicado, em que a gestão da política econômica dá-se sem credibilidade alguma.

DIETA DOS POVOS PRÉ-COLOMBIANOS DA AMAZÔNIA

Segundo o Journal of Archeological Science: Reports, November 2015, as populações pré-colombianas da Amazônia, além de alimentar de tubérculos – inhame e mandioca - também tinham na dieta o milho e peixes. Entre estes últimos destacava-se o pirarucu com mais de 100 quilos, hoje raros na região, e tartarugas de grande porte.

A reportagem aborda os trabalhos de pesquisadores das Universidades de São Paulo, do Oeste do Pará. E do Museu Nacional de História Natural de Paris. Os pesquisadores chegaram a essa conclusão após examinarem os ossos de 9.474 animais consumidos pelos moradores do sítio arqueológico Hatahara, no município de Iranduba, a 25 km de Manaus, na confluência dos rios Negro e Amazonas, entre os anos de 750 e 1230 d.C.

Hatahara é um dos principais sítios da região amazônica, onde já haviam sido encontrados urnas funerárias, vasos, utensílios de comidas e um esqueleto inteiro de um índio, enterrado entre os séculos VIII e XII.

Os peixes representaram 76% do número de espécies identificadas, sendo a mais comum o pirarucu, seguido pelos répteis com 20%, principalmente as tartarugas do gênero *Podocnemis* (tracajá e tartaruga da Amazônia), e cobras encorpadas como a sucuri-verde; mamíferos, anfíbios e aves eram raros.

Esse levantamento elucidou as formas de sobrevivência dos moradores da Amazônia antes da chegada dos europeus. Até agora foram encontrados mais de 100 sítios na região amazônica, formados entre os anos 300 a.C. e 1500 d.C., com populações provavelmente numerosas.

Esse estudo pode ser aproveitado para uma convergência saudável entre a culinária e a produção agropecuária e piscícola sustentável na Amazônia do século XXI.